



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ELY SANTOS

Apresentação: 21/11/2024 11:58:00.120 - MESA

PL n.4477/2024

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Deputada **ELY SANTOS**)

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que Dispõe sobre o Estágio de Estudantes em todo o território nacional.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Estágio de Estudantes, altera o artigo 1º, inciso II do artigo 3º, bem como alterar o § 4º do artigo 17:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, bem como para os recém formados do ensino superior em até dois anos.

(...);

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1o do art. 2o desta Lei quanto na prevista no § 2o do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

(...);

II – celebração de termo de compromisso entre o educando ou **recém formado no curso superior em até dois anos**, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

(...);

§ 1o O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7o desta Lei e por menção de aprovação



final, **salvo em caso de estudantes já formados no ensino superior em até dois anos.**
(...);

Art. 6º O local de estágio pode ser na empresa (presencial), a distância ou híbrido das duas possibilidades.

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando **e recém formados no ensino superior em até dois anos** ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

(...);

Suprimir o inciso II dada à impossibilidade da instituição de ensino de avaliar as instalações da parte concedente de estágio.

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando ou **recém formados no curso superior em até dois anos**, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar experiências profissionais que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, para proporcionar aos recém formados em até dois anos, mas sem experiência profissional em sua área, aprendizagem social, profissional e cultural. Sobretudo para terem condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho;

(...);

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

(...);



II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular e **recém formados no curso superior em até dois anos**. (...).

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório. (...);

§ 2º Poderá o educando **ou recém formados no curso superior em até dois anos**, em inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando **ou recém formados no curso superior em até dois anos**, com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. (...);

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e **recém formados no curso superior em até dois anos**.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, a lei 11.788/2008, não leva em conta a dificuldade de inserção de jovens recém-formados no mercado de trabalho. Esse é um desafio urgente. O presente projeto de lei tem como objetivo ampliar as oportunidades de estágio para incluir, não apenas estudantes regularmente matriculados no ensino médio, técnico e superior, mas também quem concluiu a graduação em até dois anos e não teve oportunidade de realização de estágio, na sua área, durante o período de estudo. Isso aumentará as chances de ingressarem na carreira escolhida.



Também vai minimizar os problemas de milhões de jovens diplomados, mas fazendo "bicos", atividades não correlatas com sua especialização, desperdiçando uma mão de obra qualificada.

No Brasil, a realidade não é a mesma para quem busca um diploma universitário. Enquanto em muitos países, primeiro se estuda para, depois de formado, buscar um emprego, aqui, milhões de jovens precisam de renda para manterem-se em sala de aula, na maioria das vezes, fora de suas áreas. Esse cenário dificulta a aquisição da experiência prática necessária para a inserção profissional imediata após o final do curso.

Se os recém-formados puderem realizar estágio, terão vivência prática essencial para trilhar suas carreiras, evitando frustrações e impactos negativos de rotatividade e ansiedade. Damesma forma, a proposta beneficiará também estudantes dos dois últimos semestres, pois possibilitará a continuidade do estágio por até dois anos após a formatura.

Ao observar o ranking de países com nível superior da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, no estudo Education at a Glance (2024), apenas 22% dos adultos brasileiros (entre 25 a 64 anos) possuíam alguma graduação. A título de comparação, países menores ou economicamente com PIB inferior ao país, têm números bem melhores, como: Peru (34%), Chile (33%) e Colômbia (29%). Esse índice chega a 63% no Canadá, 56% no Japão e 55% na Coreia do Sul e Islândia.

No cenário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apenas 21,6% dos jovens, entre 18 e 24 anos, são universitários. Esses dados também afetam nosso posto no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O país caiu duas colocações, ficando em 89º em um ranking de 189 nações, de acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano - PNUD (2022). O IDH leva em conta três dimensões: saúde, educação e renda. Um bom exemplo da deficiência dessas políticas é



o tempo de permanência escolar: 8,2 anos de estudo. Somente na educação básica, são 12 anos entre a alfabetização e a conclusão do ensino médio. Na América do Sul, os resultados são mais animadores: Chile (44.º lugar), Argentina (48.º) e Uruguai (52.º) ficaram à frente do Brasil.

Não só o IDH revela uma realidade preocupante. Na análise do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos no Brasil é alarmantemente alta, com muitos sendo classificados como integrantes da geração "nem-nem" (nem estudam, nem trabalham). Em 2023, aproximadamente 25% dessa faixa etária estavam desempregados. Atualmente, com essa falta de perspectiva, já temos os nem-nem-nem (ou seja, nem mais procuram algum espaço para trilhar suas histórias).

Em outra perspectiva, conforme outro levantamento do IBGE, a taxa de desemprego entre as pessoas com diploma universitário é 56,2% menor em relação a quem tem apenas o ensino médio. A remuneração também é, em média, 30% maior. Isso justifica a importância de manter o jovem em sala de aula. Apesar de parecer um alento, está longe do ideal. Afinal, quem chega encontra portas fechadas. De acordo com o Nube - Estagiários e Aprendizes, 52% dos formados não estão trabalhando e 20% do total, atuam fora da área de suas graduações devido à falta de experiência. Inclusive, 50% dos motoristas de aplicativo já celebraram com a família o sonho de jogar o capelo para cima, mas não tiveram sua carteira de trabalho assinada. Ou seja, o problema não é de qualificação, mas falta de mais oportunidades.

Essa é uma grave evidência do quão problemática é essa situação. O último censo do Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão vinculado ao Ministério da Educação, revelou 9.444.116 estudantes de graduação e cerca de 1,29 milhão de formandos anualmente. Sem vivência



prática, metade desse capital humano qualificado, não consegue um espaço tão sonhado quando fizeram a matrícula em suas faculdades. Há uma necessidade de melhoria desse contexto. Os números Abres - Associação Brasileira de Estágios, trazem uma fotografia do setor: apenas 7,3% dos estudantes de nível superior estão estagiando.

Dito isso, fica evidente a necessidade de aumentar a inclusão de novos beneficiários na Lei de Estágio, para mitigar esse cenário, proporcionando oportunidades reais de aprendizado e experiência prática para uma parcela significativa da população jovem. Esse projeto de lei visa não apenas contribuir para a formação profissional, mas também para a melhoria da competitividade do mercado de trabalho brasileiro. Além disso, contar com o acompanhamento da instituição de ensino garante um estágio de aprendizado para os alunos do último ano, bem como para validação dos diplomas dos graduandos no Brasil.

Dada a importância inegável do presente instrumento e os benefícios que ele pode trazer para o aprimoramento de nosso sistema jurídico, contamos com o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ELY SANTOS**

